



Novo diretor da Esalq descarta novas medidas para conter trotes

Luiz Gustavo Nussio, empossado ontem no cargo, afirmou que os trabalhos desenvolvidos atualmente são suficientes

André Thieful
andrethieful@pjournal.com.br

O diretor da Esalq/USP (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz) Luiz Gustavo Nussio, empossado ontem no cargo, descartou novas medidas para conter os trotes na faculdade. Segundo ele, os trabalhos desenvolvidos atualmente são suficientes. Ele também descartou a responsabilidade da direção da universidade em eventos que ocorrem fora do campus. Essa postura, no entanto, contraria uma portaria de 1999 assinada pelo então reitor Jacques Marcovitch que trata da proibição dos trotes.

Anteontem, o presidente da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Alesp (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo), Adriano Diogo (PT), que investiga violações dos direitos humanos nas universidades paulistas, disse que os trotes ocorridos na Esalq são os mais

graves dos apurados até agora pela comissão. Além disso, afirmou que a direção da faculdade também pode ser responsabilizada pelos casos que ocorrem nas repúblicas.

“Essa é a opinião do deputado e eu a respeito, mas posso não concordar integralmente com ela. Porque ele está entrevistando um conjunto de pessoas que, por enquanto, não representa todo o grupo”, disse Nussio. Segundo ele, todas as denúncias formais encaminhadas para a direção foram apuradas em sindicância interna. “Quando as coisas acontecem fora do campus, nós temos outra maneira de agir. Isso é motivo de acionar a Justiça Civil. Ocorrências fora do muro da universidade não estão sob nossa jurisdição. A nossa postura é continuar dessa maneira”, disse.

Apesar disso, o artigo 2º da portaria 3154/99, que proíbe os trotes na USP, diz que “não será tolerado qualquer tipo de manifestação estudantil que cause, a



Isabela Borghese/JP

Nussio descartou a responsabilidade da direção da Esalq em eventos que ocorrem fora do campus

quem quer que seja, agressão física, moral ou outras formas de constrangimento, dentro ou fora do âmbito da Universidade”. “Ele (o diretor) desconhece a portaria”, disse o sociólogo Antonio Ribeiro Almeida Júnior,

docente da Esalq. O professor entende que, apesar da portaria, a USP nunca adotou medidas apropriadas. Para ele, há convivência com aplicação dos trotes. “A universidade toma conhecimento, mas o discurso é

do abafamento. Com a postura atual não há solução”, afirmou.

O ex-diretor, José Vicente Caixeta, também considera que as denúncias devem ser formalmente comunicadas à universidade para que as providên-

cias possam ser tomadas, porém, esclareceu que foram poucos os casos, sem definir quantos, que chegaram à direção durante a sua gestão. “Do chamado trote violento não”, disse. “A USP não concorda com o trote. A visão é que o trote é proibido na universidade desde 1998. Isso permanece assim”, disse o reitor da universidade, Marco Antonio Zago.

Apesar dos discursos, os trotes ocorrem há décadas. “O registro mais antigo que tenho é de 1947”, disse o professor Ribeiro. Segundo ele, no começo da década de 1960, a Câmara de Vereadores se posicionou contra os trotes. Em 2 de setembro de 1999, o **Jornal de Piracicaba** trouxe depoimentos de alunos relatando os trotes violentos. Uma das situações relatadas foi o suicídio de um rapaz de 20 anos, que, segundo a psicóloga Maria Regina Barbosa, ouvida na época, teria sido provocado pelas pressões causadas pelo trote.